

**Intervenção de Roberta Metsola, Presidente do Parlamento Europeu,
no Conselho Europeu**
Bruxelas, 26 de junho de 2025

Obrigada, António.

Caros e caras colegas,

Acabei de regressar do Médio Oriente, onde a situação, ainda instável, concita viva preocupação.

Os acontecimentos a que assistimos entre Israel e o Irão, e os seus possíveis efeitos colaterais, constituem um verdadeiro teste para todos nós. O recente acordo de cessar-fogo representa uma esperança para o futuro. No entanto, o projeto de lei do Parlamento iraniano de suspender a cooperação com a Agência Internacional da Energia Atómica revela quão frágil continua a ser a trajetória para a estabilidade.

Todos compreendemos que o Irão não pode dispor de armas nucleares. Trata-se de uma ameaça não só para a região, mas também para o mundo.

O nosso empenho permanente é essencial.

- Temos de continuar a lançar mão de todos os canais disponíveis para promover uma ampla redução da escalada das tensões, para garantir que o acordo de cessar-fogo entre Israel e o Irão seja respeitado, e para continuar a envidar esforços em prol de um futuro melhor.
- Temos de nos manter empenhados num cessar-fogo em Gaza, na libertação imediata de todos os reféns, no fim do terror, e na chegada da ajuda humanitária àqueles que tão desesperadamente dela necessitam;
- E temos de continuar a fazê-lo apoiando simultaneamente uma solução de dois Estados — que garanta a segurança de Israel e ofereça perspetivas credíveis para uma liderança palestina legítima e pacífica —, enquanto única via para alcançar uma paz sustentável e duradoura.

A paz pode ser difícil, mas não é impossível. Sei que todos partilhamos desta convicção, e é por isso que temos de falar a uma só voz e de forma coerente sobre o Médio Oriente.

O mesmo é válido para a forma como abordamos a situação da segurança no nosso continente. No que diz respeito à Ucrânia, o nosso apoio deve permanecer firme. O 17.º pacote de sanções contra a Rússia é significativo e a adoção do 18.º pacote é crucial para colmatar outras lacunas.

Temos de continuar a apoiar a Ucrânia. A Ucrânia e a Moldávia já cumpriram as condições para a abertura do primeiro pacote de negociações — o *designado* grupo de capítulos relativos aos princípios fundamentais. Cabe-nos agora agir. Temos de manter a dinâmica. Não podemos deixar de ter presente que um alargamento baseado no mérito — com objetivos e critérios claros — é o investimento mais inteligente que podemos realizar na estabilidade, prosperidade e paz do nosso continente. Não se trata de um passo precipitado, mas de uma questão de justiça.

É isto que queremos dizer quando afirmamos que a Europa tem de levar mais a sério a sua própria segurança. E estamos a tomar as medidas adequadas. Ainda ontem, os aliados da NATO chegaram a acordo no sentido de aumentar os objetivos em matéria de despesas com a defesa para 5 %.

A próxima ação será deixar de importar energia proveniente da Rússia. O Parlamento Europeu saúda a proposta apresentada, e recorro que fomos a primeira instituição a solicitá-la. Já enviei a consulta às nossas comissões competentes, e o nosso objetivo é aprovar o texto final até ao fim do ano.

Contudo, há que ter em conta as valiosas lições do passado — o fim gradual das importações é apenas uma parte da equação. O que faremos a seguir é igualmente importante. Precisamos de garantir a disponibilidade de fontes de energia alternativas para satisfazer as nossas necessidades.

Se os resultados das eleições do ano passado nos ensinaram algo, é que não nos podemos permitir avançar sem o envolvimento dos cidadãos. Temos de explicar a razão pela qual estamos a agir desta forma, e porque é que isto é importante num momento em que o caminho que escolhemos não é tão óbvio como pensávamos. Enquanto legislador, o Parlamento Europeu continuará a desempenhar o seu papel — com celeridade, clareza e determinação.

Gostaria de vos apresentar um resumo da nossa situação:

Em matéria de defesa: lamento que o Programa da Indústria de Defesa Europeia (PIDEUR) tenha sido afetado pelas eleições para o Parlamento Europeu e pelo processo de confirmação dos comissários europeus. Porém, assim que a nova legislatura se iniciou, agimos com celeridade para que a nossa posição fosse aprovada logo no princípio do ano. Congratulo-me com a recente orientação geral do Conselho e com a programação da primeira reunião interinstitucional que nos permitirá avançar com as negociações. No ano passado, em poucas semanas, aprovámos o Instrumento para reforçar a indústria europeia da defesa através da contratação conjunta (EDIRPA) e o Regulamento sobre o apoio à produção de munições (ASAP). Este mesmo sentido de urgência continuará a nortear-nos no esforço para finalizarmos o recente pacote Omnibus da Defesa até ao fim do ano. Os nossos processos foram reformados e são rápidos.

Em matéria de quadro financeiro plurianual: adotámos a nossa posição, na qual definimos as expectativas do Parlamento. Aguardamos agora com grande interesse a proposta da Comissão, prevista para o próximo mês. O relatório do Parlamento sobre a proposta será conhecido já no outono de 2025, e a nossa equipa de negociação está pronta a trabalhar de forma construtiva para apresentar um orçamento que esteja mais bem preparado para responder aos desafios atuais — ou seja, um orçamento forte, estratégico, responsável e com capacidade de adaptação.

Por último, mas não menos importante, no que respeita ao nosso programa de simplificação: desde que nos reunimos pela última vez, aprovámos o mecanismo suspensivo («Stop-the-clock») e suspendemos as sanções impostas ao setor automóvel. Chegámos igualmente a um acordo provisório sobre o Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço (CBAM), e os trabalhos relativos aos mais recentes pacotes Omnibus sobre empresas de média capitalização e defesa serão iniciados muito em breve.

Compreendo que subsistam algumas preocupações. No entanto, este Parlamento é um Parlamento diferente daquele a que talvez alguns de vós estivessem habituados. Processos que demoravam meses podem agora ser concluídos em apenas algumas horas.

Sim, temos, justificadamente, os nossos próprios processos. Se queremos que a Europa seja mais rápida, mais inteligente e mais atrativa para as empresas, temos de ir além de mudanças cosméticas, e só conseguiremos fazê-lo se dermos previsibilidade à indústria e às PME e se conseguirmos garantir o envolvimento dos nossos cidadãos. Porém, isso não significa que não estejamos totalmente empenhados em apresentar resultados com rapidez. Pelo contrário, demonstrámos que podemos fazer ambas as coisas. Assim, podeis estar certos de que, no Parlamento Europeu, o calendário se mantém — e a nossa determinação também.

Por último, gostaria de aproveitar este ensejo para vos informar que o Parlamento Europeu irá em breve apresentar uma alteração específica, restrita e cirúrgica à Lei eleitoral da UE, limitada a um ponto único, mas importante. O nosso objetivo é permitir que as deputadas do Parlamento Europeu grávidas ou puérperas possam delegar o seu voto. Convidamos-vos a apoiar esta iniciativa. Seguramente, todos concordamos que nenhum país, nenhuma instituição e nenhuma democracia deve penalizar os representantes eleitos pelo facto de optarem por constituir família. A representação nunca deve ser feita à custa da parentalidade, e, com esta medida, optamos por apoiar ambas.

Obrigada.